

AGRONEGÓCIO E MERCADO DE TRABALHO NOS CERRADOS PIAUIENSES: PRECARIZAÇÃO E SELETIVIDADE

Agribusiness and the labor market in the Cerrados Piauienses: precariousness and selectivity

Tiago Fernandes Rufo

Doutor em Geografia, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasil

tiago.rufo@hotmail.com

Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Doutor em Geografia, Universidade de Brasília, Brasil

flasobrinho@gmail.com

Recebido: 10.07.2023

Aceito: 15.09.2023

Resumo

O cenário atual da economia brasileira indica o foco no agronegócio das *commodities*, sobretudo da soja, com foco no mercado externo, e o contexto de expansão desse modelo para novos territórios, como os Cerrados Piauienses a partir da década de 1990. Nesse sentido, esse recorte territorial foi inserido como nova fronteira agrícola do agronegócio, realidade já presenciada nos demais estados do MATOPIBA (região que contempla partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), repercutindo no aumento da produção agrícola e incremento do trabalho agropecuário, entretanto, com rebatimentos contraditórios sobre a classe trabalhadora. Portanto, o objetivo central do artigo é o de compreender as novas dinâmicas no mercado de trabalho na região dos Cerrados Piauienses a partir da reestruturação produtiva do agronegócio no âmbito regional, com ênfase nos processos de precarização e seletividade. A análise sobre o agronegócio implantando nos Cerrados Piauienses e as reconfigurações no âmbito do trabalho permite-nos apontar cenários de intensificação da exploração do trabalho, o incremento do trabalho agropecuário formal e informal na região, a seletividade e precarização dos novos postos de trabalho, em grande parte permeadas pelo poderio das *tradings* e redes agroindustriais. Identificou-se ainda a tendência de inserção da população local em postos de trabalho menos especializados, a rotulação dos trabalhadores piauienses, a resistência na inserção e presença dos trabalhadores locais em postos de trabalhos mais especializados.

Palavras-chave: Cerrados Piauienses, Agronegócio, Trabalho, Precarização do Trabalho.

Abstract

The current scenario of the Brazilian economy indicates the focus on commodity agribusiness, especially soy, with a focus on the foreign market and the context of the expansion of this model to new territories, such as the Piauí Cerrados, from the 1990s onwards. The territorial area was inserted as a new agricultural frontier of agribusiness, a reality already witnessed in the other states of MATOPIBA (region that includes parts of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia), reflecting on the increase of agricultural production and increase of agricultural work, however, with repercussions contradictions about the

working class. Therefore, the article's main objective is to understand the new dynamics in the labour market in the region of Cerrados Piauienses from the productive restructuring of agribusiness at the regional level, emphasising the processes of precariousness and selectivity. The analysis of agribusiness implemented in the Cerrados of Piauí and the reconfigurations in the field of work allows us to point out scenarios of intensification of labour exploitation, the increase in formal and informal agricultural work in the region, the selectivity and precariousness of new jobs, in largely permeated by the power of trading companies and agro-industrial networks. It also identified the tendency of insertion of the local population in less specialised jobs, the labelling of workers from Piauí, and the resistance to the insertion and presence of local workers in more specialised jobs.

Keywords: Cerrados Piauienses, Agribusiness, Work, Precarious work.

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro se destaca atualmente como uma das atividades econômicas mais consolidadas da economia nacional e a sua expansão para áreas interioranas possui notoriedade devido aos impactos e transformações socioespaciais decorrentes e evidencia o papel desempenhado pelo Brasil na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), já que se construiu uma imagem do país como celeiro do mundo.

A incorporação de recortes territoriais ao circuito da produção agropecuária moderna, ou seja, a introdução do pacote tecnológico na produção é realidade presente em boa parte dos estados brasileiros do Centro-Oeste, Nordeste e Norte, como no caso dos Cerrados Piauienses, integrante da região MATOPIBA, representada pelas siglas iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Trata-se da formação das Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs), caracterizadas pela introdução do pacote tecnológico na estrutura produtiva e no uso crescente de áreas de uso camponês na dinâmica da produção do agronegócio globalizado para a produção de *commodities*, sobretudo soja e milho, voltados para o mercado externo (ELIAS, 2017). A expansão do agronegócio para o campo brasileiro e efetivação da lógica de difusão do capital alterou de maneira significativa a estrutura produtiva e impulsionou o processo de reestruturação produtiva da atividade agropecuária.

A difusão do agronegócio, apoiada pelo Estado e liderada por empresas transnacionais, como a Bunge Alimentos, no caso piauiense, reforça a reestruturação produtiva da agricultura, alterando de maneira significativa a relação campo-cidade e com impactos diretos sobre a população local, como em intensas e severas transformações nas relações sociais de trabalho.

As transformações socioespaciais presentes nos Cerrados Piauienses a partir da reestruturação produtiva geram metamorfoses na dinâmica do mercado de trabalho, com impactos diretos sobre a divisão social e territorial do trabalho. Este último entendido como o elemento de diferenciação do ser social e de intermediação das relações entre os homens com a natureza, como indica Bezerra (2010).

Os processos de (des)territorialização de fenômenos impactam diretamente e intensamente nas transformações no mundo do trabalho, como no aumento da exploração e precarização das relações de trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2004a). O agronegócio piauiense, focado no modelo sojicultor, expõe contradições evidentes, onde se presencia trabalhadores com baixíssima ou nenhuma qualificação profissional ao lado de profissionais especializados, como agrônomos, administradores, engenheiros, técnicos agrícolas, etc.

As políticas de apoio ao agronegócio, sobretudo na questão das infraestruturas, subsídios e créditos, reforçam o papel das pesquisas científicas frente às mudanças na dinâmica geográfica do trabalho com o intuito de compreender as transformações sociais engendradas na relação de parceria entre capital e Estado (BEZERRA, 2010).

As novas dinâmicas no mercado de trabalho e o processo de reorganização territorial do trabalho no campo poderão fornecer pistas sobre o conteúdo polissêmico do trabalho no campo. A reestruturação produtiva do capital no campo revela as ações do capital e do Estado e com consequências para o trabalho e para a classe trabalhadora (THOMAZ JÚNIOR, 2004b).

A consolidação do agronegócio na região dos Cerrados Piauienses gera intensas reconfigurações socioespaciais, como em novas dinâmicas sobre o trabalho. Nesse conjunto de transformações, a difusão do trabalho pautado em lógicas flexíveis, como a subcontratação, a terceirização e o desemprego estrutural se apresentam como novos contextos. Além disso, com a chegada de novos agentes e de novas formas de emprego e renda, a população local se vê diante da encruzilhada, sobretudo com a necessidade de mão de obra especializada em postos diretamente do trabalho agrícola e os vinculados aos serviços e comércio pertencentes ao circuito superior da economia urbana.

Dessa maneira, o objetivo central do artigo é o de compreender as novas dinâmicas no mercado de trabalho na região dos Cerrados Piauienses a partir da reestruturação produtiva do agronegócio no âmbito regional, com ênfase nos processos de precarização e seletividade.

Visando respostas aos objetivos propostos, seguiu-se como caminho metodológico a revisão bibliográfica e teórica, a realização de trabalhos de campo, de entrevistas (tradicionais e remotas), e a coleta, análise e correlação de dados estatísticos com as informações alcançadas.

2. A REGIÃO DOS CERRADOS PIAUIENSES NO CONTEXTO DA REGIÃO PRODUTIVA DO MATOPIBA

A região denominada de Cerrados Piauienses compreende a Microrregião Alto Parnaíba Piauiense, com quatro municípios integrantes – Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Uruçuí –, e o Alto Médio Gurguéia com onze – Alvorada do Gurguéia, Barreiras do Piauí, Bom Jesus, Cristino Castro, Currais, Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Palmeira do Piauí, Redenção do Gurguéia, Santa Luz e São Gonçalo do Gurguéia –, totalizando 15 municípios (Mapa 1).

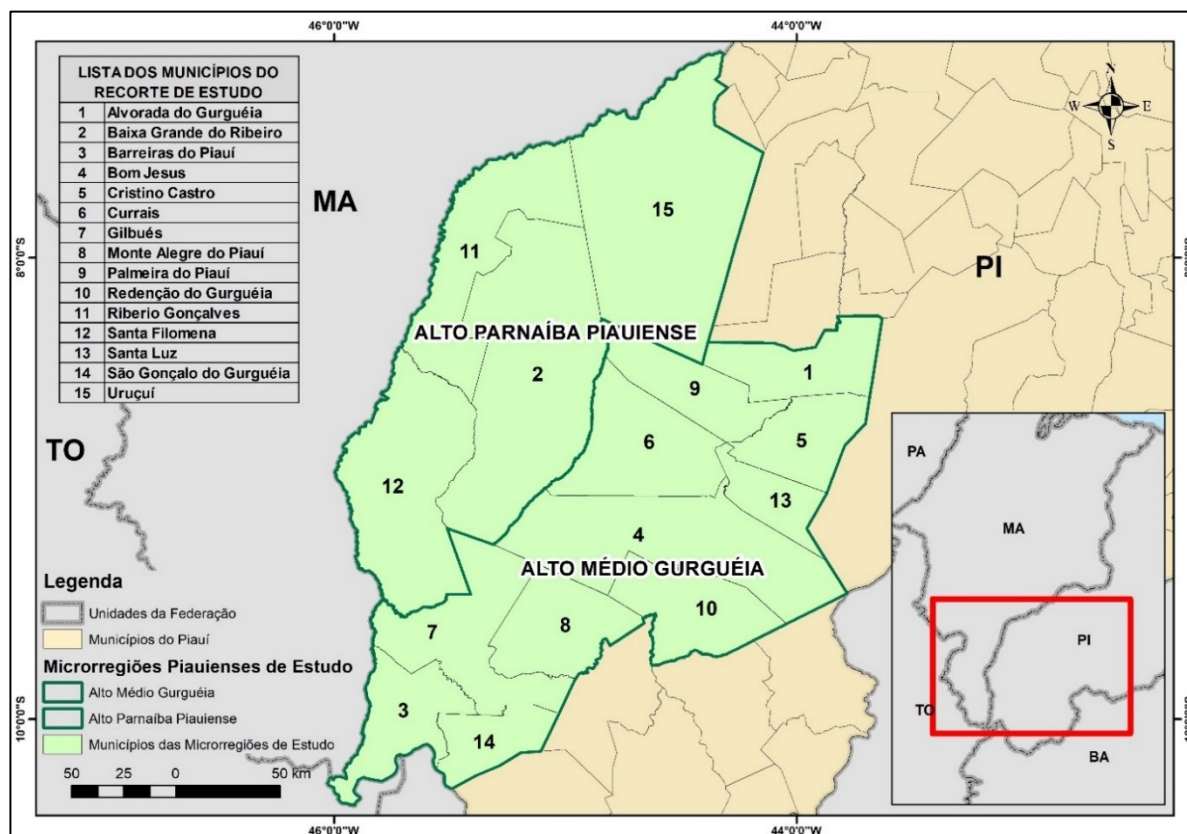
As duas Microrregiões Piauienses possuem 53.093,949 km² de área. Pela tabela 1, em termos populacionais, a área de estudo, em 2019, possui população estimada de 140 mil habitantes. Bom Jesus, com 25.387 habitantes, e Uruçuí, com 21.655 habitantes, são os dois municípios mais populosos do recorte espacial, sendo, respectivamente, polos das Microrregiões Alto Médio Gurguéia e Alto Parnaíba Piauiense (IBGE, 2021).

Observa-se que os municípios que compõem as duas microrregiões possuem baixa densidade demográfica, com média de 2,48 hab./km², bem abaixo da nacional e do âmbito estadual. Observa-se, assim, que no cenário interno, os quatro municípios que compõem o Alto Parnaíba Piauiense possuem densidade demográfica menor em comparação à média dos municípios do Alto Médio Gurguéia. O agronegócio se aproveita exatamente dessas condições e o Alto Parnaíba Piauiense foi selecionado pelos primeiros agricultores migrantes sulistas, com destaque para Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro.

Tratam-se, portanto, de um conjunto de pequenos municípios, onde Bom Jesus e Uruçuí se destacam em termos de concentração dos serviços, da infraestrutura de equipamentos urbanos, do comércio local e localização de agentes e empresas ligados ao agronegócio globalizado. Com destaque especial para Bom Jesus, que além de cidade do agronegócio, reúne condições para transformar-se, cada vez mais, em um polo regional (RUFO, 2015).

Em análise sobre o processo de industrialização, Santos (1979) defende que nem sempre é esse o caminho capaz de aliar crescimento e desenvolvimento econômico, pelo contrário, há a consolidação de um “pseudodesenvolvimento”. Assim, pode-se questionar

a imposição do agronegócio como caminho para o crescimento econômico brasileiro, projeto executado em vastos territórios nacionais em conformação com o agronegócio globalizado e que impõe um conjunto perverso de transformações socioespaciais.



Mapa 1 - Localização da área de estudo – Microrregiões Alto Paraíba Piauiense e Alto Médio Gurguéia

Fonte: IBGE, 2021. Org. RUFO, T.F; Elab.: PERES, L.G.M.

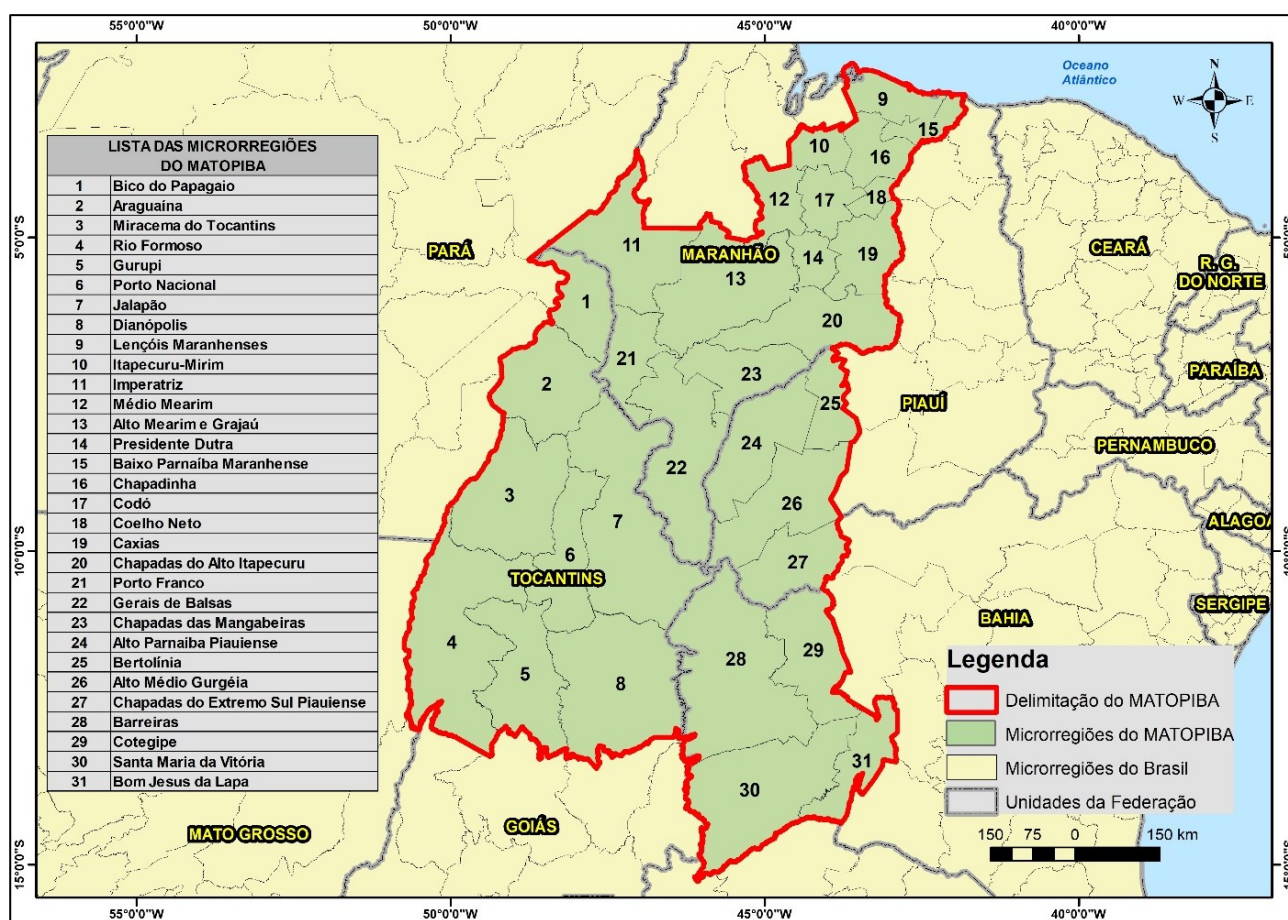
Tabela 1: Municípios da área de estudo - População total em 2010 e projeção para 2020.

Espacialidades	Municípios	População em 2010	População estimada em 2020	Área territorial em km ²	Densidade Demográfica em 2010 Hab./Km ²
BRASIL	-	190.755.79	211.755.69	8.510.345,53	22,43
Piauí	-	3.118.360	3.281.480	251.755,485	12,40
Microrregião Alto Paraíba Piauiense	Baixa Grande do Ribeiro	10.516	11.671	7.808,915	1,35
	Ribério Gonçalves	6.845	7.376	3.987,147	1,72
	Santa Filomena	6.096	6.254	5.293,693	1,15
	Uruçuí	20.149	21.655	8.413,016	2,40
	Total Microrregião	43.606	46.956	25.485,10	1,71
Microrregião Alto Médio Gurguéia	Alvorada do Gurguéia	5.050	5.445	2.131,506	2,37
	Barreiras do Piauí	3.234	3.352	2.168,713	1,59
	Bom Jesus	22.629	25.387	5.471,024	4,14
	Cristino Castro	9.981	10.444	1.845,698	5,41
	Currais	4.704	4.968	3.156,657	1,49
	Gilbués	10.402	10.694	3.495,692	2,98
	Monte Alegre do Piauí	10.345	10.615	2.417,382	4,28
	Palmeira do Piauí	4.993	5.036	2.024,020	2,47
	Redenção do Gurguéia	8.400	8.796	2.470,531	3,40
	Total Microrregião	84.000	87.960	24.705,531	3,40

Santa Luz	5.513	5.882	1.185,398	4,65
São Gonçalo do Gurguéia	2.825	3.057	1.385,255	2,04
Total Microrregião	88.076	93.676	27.608,849	3,19
Total- Área de Estudo	131.682	140.632	53.093,949	2,48

Fonte: IBGE Cidades, 2021, elaborada pelo autor.

Como Castillo (2005), é urgente a indagação se é através do agronegócio que o Brasil trilhará o caminho do verdadeiro desenvolvimento econômico e social. Tendo em vista que o projeto brasileiro de desenvolvimento econômico, baseado no agronegócio globalizado, integra uma dinâmica internacional, onde os discursos de modernidade e do dito progresso prevalecem sobre o desenvolvimento equilibrado, com o objetivo de atender aos anseios da classe trabalhadora. Nesse sentido, nota-se, na figura do Estado, papel preponderante no atendimento das exigências e dos anseios dos agentes hegemônicos, como no caso do MATOPIBA, que é uma região configurada através no discurso do progresso. A localização dessa região pode ser observada no mapa 2:



Mapa 2 - Delimitação do MATOPIBA – Microrregiões pertencentes.

Fonte: BRASIL, 2020 – Embrapa Territorial. Org.: RUFO, T.F.; Elab.: PERES, L.G.M.

O reconhecimento das transformações e os seus reais significados devem ser objeto do pesquisador, sobretudo com o contexto político vivido pelo Brasil após 2016, o qual

Elias (2021) denomina de Golpe Parlamentar¹, e intensificado a partir das eleições de 2018, que contribui fortemente para maior abertura do país aos preceitos do capital privado, como de empresas transnacionais e elites políticas e econômicas do agronegócio, intensificando assim as desigualdades socioespaciais e os conflitos presentes no campo e nas cidades.

A região do MATOPIBA pode ser interpretada como síntese do processo de formação territorial da porção Centro-Norte do Brasil, a partir de preceitos globalizantes, onde o Estado atua de forma centralizadora no beneficiamento de agentes hegemônicos, excluindo os menos favorecidos — comunidades tradicionais, gerazeiros, vazanteiros, indígenas, quilombolas, assentamentos da reforma agrária e agricultores familiares —, ou seja, grupos que não necessariamente vivem do agronegócio ou fazem parte das redes de produção globais, contexto abordado por Rufo, Araújo Sobrinho e Araújo (2019), Rufo e Araújo Sobrinho (2015; 2018), especialmente no caso piauiense.

Haesbaert (2021) aponta para a compreensão da região por meio dos atores locais, da sua cultura, do seu modo de vida e valorização dos aspectos relacionados à raça/etnia e gênero. Desse modo, não há como analisar diferenciações regionais sem atrelar o contexto das desigualdades socioeconômicas ao condicionante racial-patriarcal.

Sob a perspectiva territorial-ontológica, vista em Lukács (2012), Escobar (2015) reforça a necessidade de entendimento do território a partir das populações locais, sobretudo porque são nestes espaços que as comunidades estabelecem relações sociais, não somente uma relação entre sujeito e objetos naturais presentes nos territórios – são espaços de inter-relações. O autor reforça:

El 'territorio' es el espacio –biofísico y epistémico al mismo tiempo– donde la vida se enactúa de acuerdo a una ontología particular, donde la vida se hace 'mundo'. En las ontologías relacionales, humanos y no- humanos (lo orgánico, lo no-orgánico, y lo sobrenatural o espiritual) forman parte integral de estos mundos em sus múltiples interrelaciones. (ESCOBAR, 2015, p. 98).

Nesse sentido, o MATOPIBA deve ser encarado na perspectiva dos próprios atores locais e regionais, sobretudo por abrigar uma massa populacional com índices elevados de pobreza e dificuldades sociais, mas com vasta riqueza imaterial, de conhecimento antigo, tradicional e de valorização dos aspectos naturais e culturais.

¹ Outros autores denominam de Golpe Jurídico Parlamentar, Golpe Político Parlamentar. Regala (2021) fala em golpe político-jurídico-parlamentar-midiático-machista, pelas posições e declarações de políticos e da mídia pelo simples fato da presença de uma mulher na Presidência do país.

O MATOPIBA, é, portanto, sob a perspectiva do Estado e dos agentes hegemônicos, uma região político-normativa, como aborda Haesbaert (2021)² – um espaço construído pelos planejadores. Nota-se, neste caso, a associação do Estado em atendimento às exigências dos atores dominantes do segmento econômico do agronegócio, como empresas monopolistas nacionais e multinacionais.

O agronegócio globalizado inicia na década de 1970 a ocupação de porções territoriais do eixo Norte e Nordeste, imediatamente após a ocupação do Centro Oeste brasileiro. Trata-se, portanto, do quadro de desconcentração da estrutura produtiva localizado no eixo Sul-Sudeste, sob o comando da cidade de São Paulo. Até a década de 1970, havia forte concentração do desenvolvimento econômico brasileiro na área de influência da capital paulista. A partir dessa década, com as deseconomias de aglomeração presentes na grande São Paulo, como a poluição, o encarecimento da terra dos aluguéis, acompanhados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do Governo Ernesto Geisel (1974-1979), com foco nos incentivos fiscais estabelecidos através das superintendências de desenvolvimento, houve o início da desconcentração da indústria em torno de São Paulo (SIQUEIRA, 2010).

É possível afirmar que o movimento de interiorização da indústria coincide também com a interiorização do agronegócio globalizado em recortes territoriais do Brasil Central. Mendonça (2004) cita que esse movimento de ocupação dessa porção central do Brasil seria uma forma de retomada da Marcha para o Oeste, com antecedentes que vem desde o final do século XIX e iniciada através de Getúlio Vargas – seria o momento de consumir a ocupação dos “vazios demográficos”.

Inicialmente as ocupações foram estabelecidas no Centro Oeste e posteriormente para áreas do Norte e Nordeste, com a imposição do agronegócio como alternativa para o crescimento e um suposto desenvolvimento econômico, além de confirmar a lógica da posição do Brasil na DIT como país fornecedor bens primários. A partir disso, é possível afirmar que com o encarecimento das terras, da mão de obra e do “inchaço” da atividade agropecuária no eixo Sul e Sudeste ou Região Concentrada, como aponta Santos e Silveira (2001), houve a desconcentração também do agronegócio para outras regiões brasileiras, como o Centro Oeste e mais recentemente a formação do MATOPIBA, onde

² Haesbaert (2021) trabalha em seu recente livro a perspectiva da de(s)colonial da região e do território, tendo como base os povos locais latino-americanos, como indígenas, comunidades quilombolas, afrodescendentes, etc.

os Cerrados Piauienses estão inseridos e com intensas reconfigurações socioespaciais, especialmente no âmbito do trabalho.

3. OS PROCESSOS DE PRECARIZAÇÃO E SELETIVIDADE NO TRABALHO AGROPECUÁRIO FORMAL NO CONTEXTO REGIONAL

É inegável que o agronegócio do complexo grãos-carne gera emprego e que o número de admissões de trabalhadores aumentou nos últimos anos nos Cerrados Piauienses, seja de forma formal ou informal. No entanto, as dimensões e a proporção que o agronegócio globalizado possui no Piauí mostra que essa geração de emprego é pequena, insuficiente e desequilibrada.

A incorporação de pessoas ao trabalho precário e de condições não adequadas é para Silva (2003) uma fissura aberta gerada diretamente por processos de exclusão e exemplo do processo de exclusão-inclusão-precária. As novas formas de emprego geradas se encaixam exatamente nesse contexto, visto que uma parte considerável dos novos postos de emprego são caracterizados pelo caráter da contratação temporária ou pela informalidade e ainda pela exploração do trabalhador através de longas jornadas de trabalho. Os novos postos de emprego podem ser classificados, portanto, como temporários, precários e inconsistentes. Trata-se de uma atividade que envolve muito capital, mas que na verdade gera pouco retorno para o pleno desenvolvimento da região.

Há nesse processo de geração de emprego uma exclusão evidente de uma massa de trabalhadores que não se adequa aos novos postos de emprego, por não dispor de especialização ou experiência, ou simplesmente pelo fato de serem mulheres e pessoas de idade avançada. Não se observou nos trabalhos de campo, por exemplo, a atuação destacada de pessoas acima de 40 anos. Nesse sentido, para as fazendas e agricultores, há supostas vantagens na contratação de jovens abaixo de 30 anos ou até mesmo dos solteiros, algo observado, já que uma parte considerável dos trabalhadores tinha esse perfil, sobretudo agrônomos e profissionais especializados. Um trabalhador sem família constituída, de certa forma, é bem visto pelas chefias, já que as chances de abandono do emprego pela questão da falta ou saudade dos familiares tornam-se mais reduzidas.

Além do perfil de jovens e solteiros, grande parte dos agricultores e empresários locais dá preferência na contratação de mão de obra de profissionais de outros estados, sobretudo de sulistas, pois muitos deles não possuem família constituída na própria região, não desejando, por exemplo, visitar parentes ou familiares a cada fim de semana ou periodicamente. Dessa forma, esses funcionários “forasteiros” acabam ficando longos

períodos nas fazendas e disponíveis para possíveis necessidades ou ao trabalho do dia a dia das propriedades.

Um empregado morador da própria região, com origem piauiense e que possui familiares nas cidades próximas, certamente desejará visitá-los frequentemente, o que pode contribuir para desfalques em razão de faltas em períodos essenciais, como durante as safras. Esse perfil de trabalhadores, dispostos a ficar longos períodos longe das famílias, é mais aceito pelos empregadores, tendo outras vantagens, como menor tendência de processos trabalhistas ou questões judiciais, além disso, na maioria dos casos, são trabalhadores com larga experiência no ramo agrícola, dispostos a enfrentar os desafios de viverem em regiões longínquas e com dificuldades logísticas.

Frequentemente esse perfil de trabalhador aceita condições que outros não aceitam, como acordos de trabalho e até mesmo a dispensa de direitos trabalhistas. São princípios do modelo de produção flexível aplicados na realidade das fazendas, priorizando a questão do aumento da produtividade.

Como uma das estratégias dos empresários e agricultores, a manutenção do funcionário por muito tempo nas dependências da fazenda os deixa mais resguardados de possíveis problemas: como faltas ao trabalho, atrasos e acidentes no percurso da fazenda até as casas dos funcionários, aumentando assim a produtividade no trabalho.

Entre todos os 44 trabalhadores entrevistados, com exceção dos 4 informais, as folgas da maioria deles dependem do ritmo de produção das fazendas – um total de 52%. Outros funcionários ficam nas fazendas entre 12 a 15 dias (11%) e 37% afirmaram ter folgas aos fins de semana, tendo em vista que muitos trabalham para empresas do setor de insumos e implementos agrícolas (Gráfico 1).

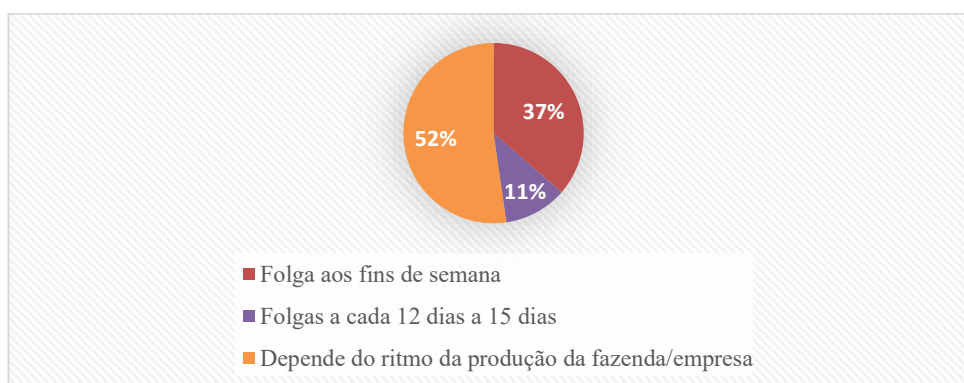


Gráfico 1 - Funcionamento do sistema de folgas de todos os trabalhadores.

Fonte: Entrevistas e questionário online.

Dessa forma, o trabalhador que fica na fazenda durante 15 a 30 dias sem “descer” para as cidades (tendo em vista que as fazendas ficam em áreas mais elevadas, os platôs), não oferece tantos riscos ao seu empregador e o mantém disponível praticamente em tempo integral. Isso se aplica ainda mais aos funcionários safristas, sobretudo aqueles migrantes, ou seja, provindos de outros estados e que possuem familiares fora do Piauí ou em cidades distantes.

Algumas fazendas praticamente proíbem a saída das suas dependências fora do período de folga, tendo em vista que há controle de entrada e saída de pessoas nas portarias, supostamente para evitar os atrasos, falta de condições físicas para o trabalho (sonolência), perigo de acidentes no percurso para casa, entre outros aspectos.

Um outro ponto observado é que boa parte dos trabalhadores não recebe pelas horas extras. Dos trabalhadores especializados que responderam ao questionário online, somente metade afirmou receber em dinheiro pelas horas adicionais trabalhadas. Assim, há a prática de acúmulo de horas extras, onde muitas fazendas compensam através de folgas. É comum situações inusitadas, pois muitas vezes os trabalhadores podem ficar longos períodos longe das fazendas, sobretudo na entressafra, em uma espécie de férias para compensar o banco de horas acumulado.

Alguns trabalhadores se incomodam em ficar muitos dias nas fazendas produtoras, áreas com poucas opções de lazer, espaços de convivência ou para realização de esporte. Entretanto, já há preocupações em torno dessas questões e algumas fazendas já dispõem de salas de jogos, campos de futebol, quadras de futsal, praças, além de Internet, que possibilita um maior contato com parentes e familiares. São maneiras de os patrões agradarem os seus funcionários, inclusive com eventuais churrascos e dias de pequenas festas e confraternizações.

Sobre os longos períodos dos trabalhadores nas fazendas produtoras, a agrônoma da Fazenda Celeiro Sementes, de Monte Alegre do Piauí, expõe:

Em relação assim ao povo, aqui por exemplo, eu vejo muito aqui na fazenda, relato daqui mesmo da fazenda onde eu trabalho: o povo parece que não consegue ficar 20 dias aqui, pra mim, se eu tiver trabalhando, claro que as vezes é “judiado”, a gente quer tá na sua casa ou outra coisa assim, mas eu não reclamo de trabalho, de trabalhar, entendeu? É assim, de tá 15, 20 dias, se tiver que passar um mês... eu já passei 45 dias sem descer pra cidade, entendeu? Não é um problema pra mim, se eu tiver trabalhando e ocupando a minha cabeça e fazendo o que eu gosto... Eu vejo muito isso aqui: ‘ah, quero descer, tá muito dias aqui em cima, fazendo aqui, não tem o que fazer’, não tem muito lazer aqui. Sim, a gente entende, que aqui é muito precário em situação de lazer mesmo, não tem muito o que a gente fazer, não tem muita junção durante a semana pra dar uma descontraída, mas aqui tem fazendas que tem também, que tem muito lazer, tem muita coisa diferente assim, mas nessa parte não tem o que reclamar, assim, não

posso falar nada, eu sou diferente, eu tenho outro pensamento em relação a isso: se é pra eu ficar aqui no final de semana, meu, eu fico de boa, sabe? Se me der qualquer atividade pra fazer aí, por exemplo, já fiquei muito tempo agora, janeiro, fevereiro, onde safra tava em andamento e a gente preparando pro enchimento de grãos e tal, indo pra maturação, eu fiquei vários fins de semana aqui e eu ficava com um sorriso no rosto, entendeu? Gosto mesmo do que faço e não tenho o que reclamar. Acho na verdade, quem reclama muito dessa questão assim, de ficar meio que preso aqui é porque é... sei lá... é um ponto errado assim, talvez não gosto muito do que faz, trabalha por... pra manter uma família, podia tá em outro lugar, quem sabe, podia fazendo outra coisa, eu não sei, sabe, eu não sei a cabeça das pessoas, mas é o que vejo assim, sabe, é... no tempo que a gente vive assim, é agradecer por ter um emprego, ainda mais no meio dessa pandemia aí, do que ficar nessas questões... empacando nessas questões. O mercado acredito que daqui pra frente vai ficar muito seletivo, né? Porque depois da pandemia, vai ficar só... vai exigir qualificação dos profissionais, acredito eu, por isso que eu tô buscando o tempo todo me qualificar, evoluir, tanto no profissional, como no pessoal. (Agrônoma sulista que atua na região dos Cerrados Piauienses, entrevista concedida em 2020).

Trata-se de uma fala que retrata o processo de aceitação, naturalização e conformação da precarização do trabalho, inclusive no âmbito de uma trabalhadora com formação superior. Evidencia-se também a intensificação da exploração ao trabalhador no período da pandemia e a utilização do trabalho como forma de rebaixar ou desqualificar a população local.

Quando se questiona a capacidade de o agronegócio inserir a população local nos postos de trabalho mais especializados, não se trata de mascarar que existe o contexto da precarização dessas funções, ou seja, que assim como os postos de trabalho braçais, os funcionários especializados também são submetidos a intensas jornadas de trabalho, a condições de trabalho não apropriadas. Tanto o trabalhador braçal como o especializado são submetidos à precarização e exploração demasiada da sua força de trabalho. Conforme Mendonça (2004, p. 305): “O trabalho sob o controle do capital é sempre precarizado. A precarização é condição para o capitalismo assegurar as condições sociais de produção e de reprodução”.

Marx (2003) e Mendonça (2004) citam o processo de estranhamento no âmbito do trabalho, onde o trabalhador não enxerga o processo de precarização e se entrega totalmente aos preceitos do capital, sem impor ou questionar qualquer forma de trabalho. Foi possível perceber isso nos trabalhos de campo e entrevistas, pois a maioria dos trabalhadores enaltece o agronegócio como propulsor do crescimento econômico e idealizador de benesses na região, sem, contudo, visualizar ou ter dimensão dos efeitos perversos sobre a classe trabalhadora.

Entre falas de exaltação do agronegócio, selecionou-se duas:

A região também é muito boa, os grandes investidores que vem para aqui, para o estado, para as localidades e para as comunidades... eu acho que isso aqui hoje é... Vou te falar a verdade: minha vida pessoal quem mudou foi o agronegócio. Eu vou contar um pouquinho da minha história... (Gerente Administrativo da Fazenda Celeiro Sementes, entrevista concedida em 2020).

Cara, bastante positiva na verdade. O agronegócio chegou pra gente em 2000, 1999... Final do século XX foi quando iniciou aqui a vinda do pessoal do sul pra cá e de lá pra cá eu acredito se a gente pensar em desenvolvimento socioeconômico na nossa região, não só em Bom Jesus, mas também Baixa Grande do Ribeiro... nossa região aqui... nosso sul do Piauí aqui, desenvolveu bastante as cidades, o número de pessoas e de estudantes e de trabalhadores. (Agrônomo da Agrex do Brasil, entrevista concedida em 2020).

Pelo gráfico 3 é possível apontar que existe uma boa avaliação das condições de trabalho por parte dos trabalhadores, com exceção dos informais, desconsiderados dessa análise, tendo em vista que 59% avaliaram suas condições de trabalho como boas, 32% como ótimas e apenas 9% como regulares.

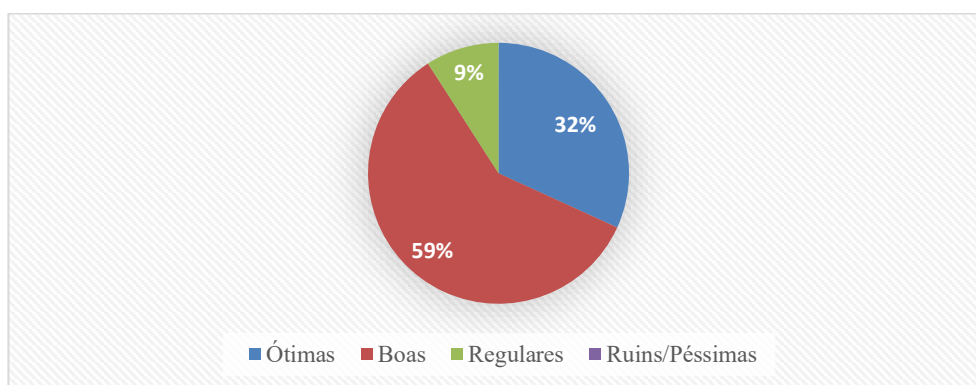


Gráfico 3 - Avaliação das condições de trabalho pelos trabalhadores.

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionário online.

A maioria dos trabalhadores pretende continuar no atual emprego. De um total de 44 trabalhadores, 39 (89%) indicaram a intenção de permanecer e apenas cinco (11%) pretendem sair do atual emprego por diferentes motivos. Pelo gráfico 4 percebe-se que entre os trabalhadores especializados participantes do questionário online, 50% estão satisfeitos parcialmente com suas remunerações, 31% satisfeitos e 19% não satisfeitos. Indicando, portanto, boa avaliação nesse quesito.

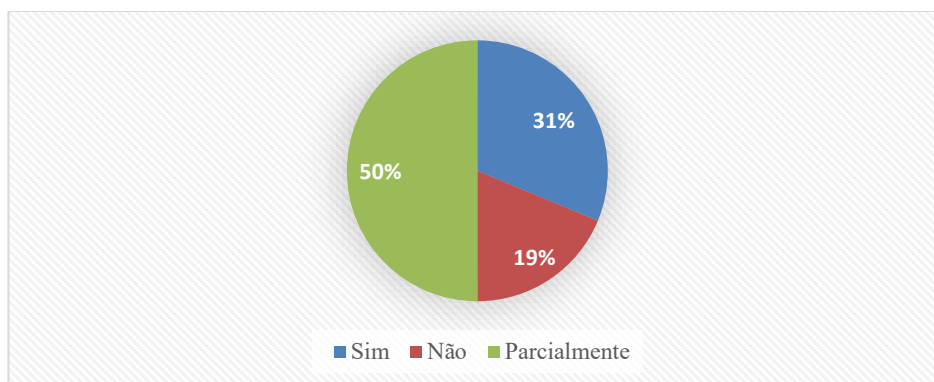


Gráfico 4 - Avaliação da remuneração – trabalhadores especializados (questionário online)

Fonte: Questionário online.

Foi questionado quanto aos planos futuros dentro das fazendas/empresas e no âmbito profissional (no questionário online). Dos 16 participantes, sete (43,8%) indicaram a intenção de buscar um cargo mais elevado, seis (37,5%) indicaram a busca por maior qualificação profissional, dois (12,5%) pretendem continuar no atual emprego e apenas um (6,3%) pretende buscar outra fazenda ou empresa (Gráfico 5).

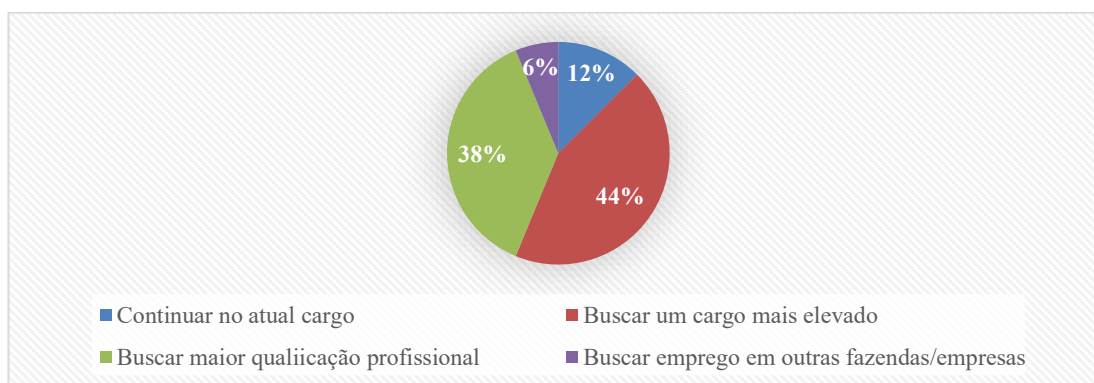


Gráfico 1 - Planos futuros dos trabalhadores especializados – questionário online

Fonte: Questionário online.

Dentre as principais necessidades listadas pelos trabalhadores especializados estão: melhorias nas condições de transporte da fazenda/empresa, nos materiais e produtos de trabalho, na alimentação e na segurança de trabalho. Cinco afirmações consideraram não haver nenhuma necessidade de melhoria e três apontaram para outras necessidades de trabalho não listadas entre as opções. Nenhum deles citou a questão de melhorias em alojamentos e casas das fazendas ou no cumprimento de obrigações trabalhistas (Gráfico 6).

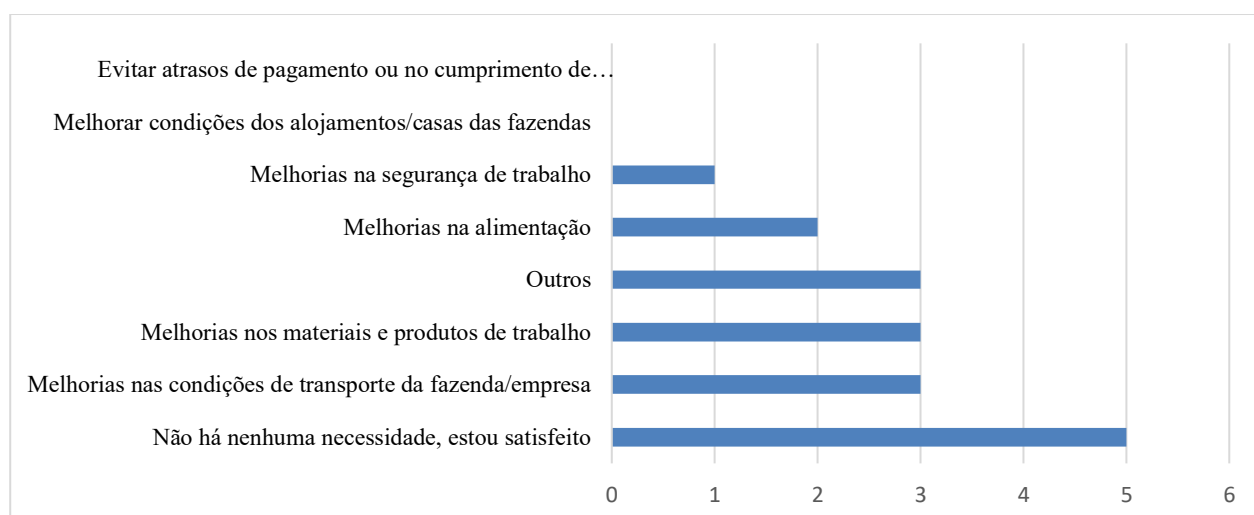


Gráfico 2 - Principais necessidades de melhorias nas condições de trabalho.

Fonte: Trabalhos de campo, entrevistas e questionário online.

Um dos pontos mais citados como necessidade de melhoria está na questão do transporte dos trabalhadores, pois a maioria das fazendas não dispõem de transporte próprio e no dia de folga, normalmente aos fins de semana, os trabalhadores tem que regressar às suas casas com transporte particular, a maior parte em motocicletas, que pelas condições das estradas e imprudências, geram acidentes nesses percursos. A figura 1 mostra a condição de uma das estradas que alguns trabalhadores residentes em Monte Alegre do Piauí sobem para trabalhar em fazendas localizadas neste e em outros municípios, utilizada para acessar as fazendas e empresas visitadas no trabalho de campo realizado em 2020. A subida foi realizada de moto e um dos trechos muito íngremes nos obrigou a descer da moto para facilitar a subida, indicando que a mesma apresenta sérios riscos aos trabalhadores que a utilizam, sobretudo no período chuvoso.

Uma das trabalhadoras entrevistadas cita essa necessidade:

As condições que a gente vive aqui na fazenda é muito boa, né? A gente tem uma casa, tem de tudo que uma casa de mobilha precisa. Não tem assim, TV, essas coisas assim, mas são fatores externos. Tem outros alojamentos e tal, os alojamentos são mais precários, mas a única que me falta aqui... é assim... que eu vejo ser muito necessário é transporte né? Cada um vem com seu carro próprio, com a sua moto própria, na verdade isso não é o esquema porque como tem muito funcionário... acontece às vezes muitos acidentes e tal, então é o que realmente tá faltando aqui, muito né? Uma coisa que a gente fica implicando aqui direto e que necessita ter." (Agrônoma sulista que atua na região dos Cerrados Piauienses, entrevista concedida em 2020.)



Figura 1 - Subida serra no povoado Jatobá - Monte Alegre do Piauí-PI.
Fonte: O autor, 2020.

A necessidade de melhorias na alimentação foi citada por dois trabalhadores especializados, com associação com a questão cultural, tendo em vista que parte dos camponeses que oferecem sua força de trabalho acaba não se adaptando ao tipo de cardápio oferecido nas fazendas produtoras e empresas agrícolas. Notadamente, a repetição de cardápio e com pouca variedade são problemas relatados por alguns desses trabalhadores.

Entretanto, a questão da alimentação foi bem avaliada nas entrevistas, já que muitas fazendas possuem cardápio variado, servindo as três refeições e mais lanches na parte da manhã e tarde, supervisionado por nutricionistas. Nas fazendas há locais apropriados para as refeições dos trabalhadores, como espaços de refeitórios e restaurantes. Também é comum que alguns trabalhadores façam sua própria comida no seu local de moradia ou alojamento, pois alguns deles possuem disponibilidade de fogão, no entanto, é uma opção particular, já que a fazenda oferece alimentação. Mendonça (2004) cita que uma das estratégias para mascarar o processo de diferenciação interna entre os funcionários reside no fato de todos os funcionários se alimentarem no mesmo local – forma de dar um “ar” de igualdade entre os funcionários, inclusive com o mesmo cardápio, como também uma forma de deixar o ambiente mais calmo politicamente e evitar greves, pressões e a justiça do trabalho.

Somente um dos participantes do questionário online citou a necessidade de melhorias na segurança de trabalho. No entanto, não é raro o acontecimento de acidentes de trabalho nas fazendas produtoras, tendo em vista a lida com equipamentos e infraestruturas perigosas. Pouco tempo depois de nossa visita a uma das fazendas produtoras, houve um acidente com um trabalhador residente na zona rural de Monte

Alegre do Piauí, trabalhador volante da agricultura, que executava uma tarefa e foi atingido violentamente por uma ferramenta de trabalho que caiu sobre seu pé e danificando parte dos seus dedos. Esse trabalhador encontra-se atualmente afastado de suas funções e com dificuldades para locomoção.

Há, dessa forma, tendência evidente de aumento dos acidentes de trabalho e do agravamento da saúde dos trabalhadores, que muitas vezes não estão preparados para cumprirem determinadas funções ou mesmo porque a atividade em si já carrega um teor de perigo, pois muitos assumem funções diferentes do seu contrato de trabalho. Antunes (2003) já citava o aumento das Lesões por Esforços Repetitivos (LER), algo comum com trabalhadores do setor agrícola.

Outra questão preocupante observada a partir de relatos de moradores locais são as intoxicações por agrotóxicos devido às manipulações erradas e que causam acidentes de trabalho, alergias, coceiras, boca seca, vermelhidão nos olhos, sensação de sede ininterrupta, entre outros aspectos, o que pode indicar que casos de câncer podem se agravar nos próximos anos, tanto dos trabalhadores que lidam diretamente com esses produtos, como os moradores das áreas dos baixões e que possuem contato com água contaminada pelos agrotóxicos.

Além de explorado, o trabalhador se submete a grandes riscos diários, ao manusear, por exemplo, equipamentos pesados, pontiagudos ou até mesmo por risco de choque elétrico pelas condições das instalações elétricas de algumas fazendas de menor porte, pela lida com veículos, etc. Como aborda Silva (2003), o trabalhador não é apenas explorado pelo capital, como também consumido e exterminado em alguns casos.

Normalmente algumas fazendas produtoras estabelecem parcerias com empresas terceirizadas para disponibilização de cursos e de materiais preparatórios aos trabalhadores com foco na preparação para que os mesmos consigam assumir variadas funções e cargos. É, nesse caso, uma maneira de institucionalizar a polivalência das funções de trabalho e como forma de resguardar a fazenda/empresa em torno da segurança do trabalho, pois muitas deles ofertam cursos ministrados por profissionais da segurança do trabalho, que ensinam, por exemplo, sobre os materiais e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando na verdade, no dia a dia das fazendas, não há uma fiscalização tão rígida do uso desses equipamentos de segurança do trabalho.

Há relatos entre de moradores da região da existência de supostas alianças entre fiscais vinculados à questão do trabalho, ou seja, nas vistorias e no processo de fiscalização há evidências de corrupção por parte dos fiscais e dos empregadores. No

entanto, isso não foi citado diretamente por nenhuma das entrevistas, essas questões foram colocadas por moradores locais nas conversas informais sobre alguns temas.

As melhorias das condições de alojamentos e casas não foram citadas por nenhum dos trabalhadores, pelo contrário, foram pontos elogiados. Nos trabalhos de campo houve dificuldade para visitação da parte interna dessas instalações (Figuras 2 e 3).

Entretanto, apesar de não podermos entrar nas instalações, no geral as condições de habitabilidade dos funcionários parecem adequadas, logicamente que com diferenças do nível de infraestrutura. A estrutura das casas da Fazenda Celeiro, por exemplo, prioriza a individualidade, tendo casas mais distantes uma das outras, com refeitório localizado na parte esquerda da figura 2.



Figura 2 - Casas destinadas aos trabalhadores da Fazenda Celeiro Sementes, Monte Alegre do Piauí-PI. **Fonte:** O autor, 2020.



Figura 1 - Alojamentos da Fazenda Bom Jardim, Bom Jesus-PI
Fonte: O autor, 2020.

A boa avaliação dos alojamentos e casas não esconde possíveis problemas em algumas fazendas, tendo em vista que muitos dos trabalhadores, sobretudo os não especializados, residentes em áreas rurais da região, possuem residências próprias que

muitas vezes não possuem, por exemplo, banheiro dentro da casa, ou seja, condições de habitabilidade adequadas. Nesse sentido, as instalações de habitações das fazendas superam tais condições e fazem com que haja uma ótima avaliação dessas infraestruturas.

As melhores condições de renda dos trabalhadores permanentes das fazendas acabam idealizando a propaganda do agronegócio, e muitos moradores locais começam a perceber que alguns “funcionários da serra” vivem com condições de renda melhores que os demais. No entanto, esse processo mascara a realidade e esconde o viés da precarização da massa de trabalhadores sob o regime temporário.

Há atualmente o contexto dos trabalhadores que se veem atraídos por promessas de empregos e pela atratividade de certas atividades econômicas, muitas vezes fantasiosas e exageradas com supostas possibilidades de geração de emprego e renda para a população local. Nota-se, desse modo, que a face moderna defendida pelos agentes representativos do agronegócio, como empresas agrícolas, agricultores e empresários, já que para os mesmos o agronegócio seria a salvação de uma região supostamente condenada ao fracasso e baixo dinamismo econômico, não repercute da maneira como é pensada, pois acaba ampliando aspectos nada habituais, controversos e polêmicos, como na precarização do trabalho e até mesmo com a ocorrência de trabalho escravo, comprovadas por vistorias e relatórios do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Realizou-se um pequeno levantamento dos casos de trabalho escravo computados pela CPT, através do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, referência nessa questão. Os dados de 2012 a 2020 do Piauí constantes nos relatórios de conflito no campo evidenciam que, apesar da maior parte dos casos ocorrerem fora da região de estudo, sobretudo associados às carvoarias, desmatamento e atividades extrativistas (sobretudo extração da carnaúba).

Identificou-se casos no âmbito das duas microrregiões nos anos de 2012, 2018, 2019 e 2020, totalizando 9 conflitos que envolveram trabalho escravo, com 170 trabalhadores envolvidos nas denúncias, sendo todos libertos através de ações que envolvem a fiscalização do MTE e Ministério Público do Trabalho (MPE) (Quadro 1).

Entre os municípios constantes na lista de casos de trabalho escravo, figuraram Barreiras do Piauí, Bom Jesus, Monte Alegre do Piauí, Baixa Grande do Ribeiro e Alvorada do Gurguéia, com destaque para Bom Jesus que figura duas vezes. As ocorrências de trabalho escravo foram mais comuns no Alto Médio Gurguéia, pois, do Alto Parnaíba

Piauiense somente Baixa Grande do Ribeiro constou na lista. Sugere-se, dessa forma, que pelo fato de ser uma área mais recente do ponto de vista do agronegócio, a ocorrência de trabalho escravo ocorre com maior frequência.

Quadro 1: Dados de trabalho escravo na região de estudo e em todo o Estado do Piauí (2012 a 2020).

Ano	Municípios	Nome do Imóvel (Ocorrências)	Trab. Na denúncia	Libertos	Tipo de trabalho
2012	Barreiras do Piauí	Faz. Ipê/Adão	10	10	Soja, milho, arroz, catar raízes
		Faz. Ipê/João	12	12	Soja, milho e arroz
	Bom Jesus	Fazenda Colorado	14	14	Soja
	Monte Alegre do Piauí	Fazenda Esperança/Curralim	15	15	Extração de madeira e carvoaria
		Fazenda Mineiros	6	6	Soja
	Total Área de Estudo		57	57	-
	Total Piauí		66	66	-
2013	Total Piauí		26	26	-
2014	Total Piauí		160	160	-
2015	Total Piauí		70	52	-
2016	Total Piauí		97	97	-
2017	Total Piauí		29	4	-
2018	Baixa Grande do Ribeiro	Fazenda São João	54	54	Soja
	Total Área de Estudo		54	54	-
	Total Piauí		74	74	-
2019	Bom Jesus	Fazenda Estrela	15	15	Pecuária
		Fazenda Santa Clara	29	29	Soja
	Total Área de Estudo		44	44	-
	Total Piauí		105	105	-
2020	Alvorada do Gurguéia	Sem informação	15	15	Carnaúba
	Total Área de estudo		15	15	-
	Total Piauí		43	43	-
2012 a 2020	Total Conflitos trabalhistas na área de Estudo		9	170	-
	Total Conflitos trabalhistas- Piauí		33	627	-

Fonte: CPT (2012 a 2020).

A lógica do trabalho precarizado e escravo se intensifica e nota-se que o Piauí, anteriormente conhecido como fornecedor de mão de obra para atuação em outros estados brasileiros, como para o corte de cana de açúcar em municípios paulistas e goianos, passa também a ter casos comuns de trabalho escravo na própria região, tanto decorrentes do avanço do agronegócio, como também em atividades de carvoaria e na extração da cera de carnaúba.

Entre os tipos de trabalho escravo computados nesse período considerado, destacam-se os vinculados ao agronegócio de grãos, totalizando 6 casos, além disso, identificou-se um caso associado à pecuária, um de carvoaria/extração de madeira e um

de atividades vinculadas à extração de carnaúba. Dos casos computados atrelados ao agronegócio de grãos, destaque para a cultura da soja, citado diretamente em todos os casos (Gráfico 7).

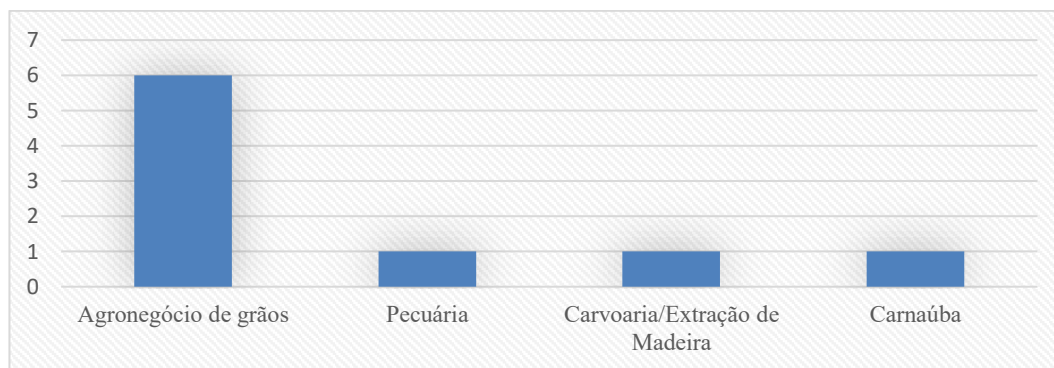


Gráfico 7 - Tipo de Trabalho escravo na área de estudo – 2012 a 2020.

Fonte: CPT (2012 a 2020).

Um trabalho muito comum na região e que apresenta certa aproximação ao trabalho escravo, inclusive figurando entre uma das ocorrências, é o de catação de raízes, desempenhado por dois dos trabalhadores informais com quem tivemos contato. Um deles, residente em Monte Alegre do Piauí, zona rural, era o responsável por cooptar trabalhadores para exercer a função de retirada de sobras da vegetação e de fragmentos/pedaços de raízes. O trabalhador apresentou certa insegurança quando soube que o foco da pequena conversa trataria sobre o trabalho de catação de raízes, no entanto, de forma breve, destacou que o foco está em pessoas de sua confiança e que estejam dispostos a ganhar um dinheiro extra em determinadas épocas do ano, sobretudo no período de preparo do solo e no processo de abertura de novas áreas para o plantio. O dinheiro ganho era pago por quantidade produzida/realizada – a cada hectare trabalhado, o trabalhador ganhava 50 reais.

Um outro catador de raízes, cooptado pelo gato, residente em Monte Alegre-PI, já realizou este tipo de serviço, mas confessa que não suportou muitos dias devido à precariedade das condições de trabalho, como a exposição ao sol quente, o trabalho extenuante e a baixa remuneração. Segundo o trabalhador eram pagos 50 reais a cada hectare trabalhado, o que tornava quase impossível o ganho maior do que essa quantia devido à extensão das terras e ao trabalho exigido. Citou também as condições precárias das pequenas instalações que eram colocadas para descanso: “A água que a gente bebia era quente e com gosto salgado, toda salobra... e o freezer que eles colocavam as garrafa d’água tava desmantelado, a água era quente”. Por alegar questão de segurança, o

entrevistado preferiu não divulgar o nome da fazenda para qual prestou serviço, no entanto, afirmou ser uma fazenda de menor porte localizada no mesmo município onde reside.

Devido ao caráter das condições inadequadas de trabalho, essa prática é feita de maneira discreta e há um medo das fiscalizações. De certa forma, a existência de trabalhadores dispostos a assumir tais funções revela que o agronegócio globalizado se aproveita das características locais, dentre as quais se destacam a reserva de mão de obra barata e abundante. Apesar de serem ocorrências pontuais, notamos que algumas fazendas, sobretudo aquelas menores, possuem ainda mais visível o processo de precarização do trabalho, com condições de trabalho degradantes e exploração da mão de obra, além disso, muitos tipos de trabalho tem em suas bases uma aproximação com o trabalho escravo. Mendonça (2004) cita o termo escravidão assalariada – ou seja, o trabalho sob o ponto de vista do capital e caracterizado pela necessidade de o trabalhador aceitar as imposições do capital.

Em uma das fazendas visitadas, onde há uma pequena produção de grãos, sobretudo de milho e arroz, com criação de bovinos, houve recusa na realização da entrevista, justamente pelo medo dos patrões. Basicamente o caseiro da fazenda estava morando na fazenda e com seu filho residindo também no local. A única informação que conseguimos é que no período escolar essa criança “desce” para estudar e fica morando na casa de parentes no interior de Monte Alegre do Piauí. As instalações para moradia da fazenda visualmente eram totalmente diferentes das demais e havia um certo abandono e desleixo com a parte estética e de organização.

Um outro aspecto notado é que os trabalhadores do agronegócio de grãos dos Cerrados Piauienses não possuem tradição de participação em sindicatos, o que é um facilitador para a ótica do capital hegemônico intensificar a exploração dos trabalhadores. Entre os 30 trabalhadores especializados participantes da pesquisa, apenas dois deles são filiados a algum sindicato – uma agrônoma gaúcha pertencente ao sindicato de produtores rurais de Três Marias-RS, pois a família cultivava grãos no Sul, o outro é um agrônomo piauiense que atua na região de Uruçuí e faz parte do sindicato rural deste município.

Entre os trabalhadores atuantes na região, há também uma parcela provinda de outros estados, inclusive nos cargos menos especializados, onde os mesmos realizam o processo migratório em busca de emprego e renda. Nos Cerrados Piauienses, há, por exemplo, baianos e maranhenses, muitas vezes levados por agricultores ou gerentes de

fazendas para atuação na região em razão do aspecto da confiança e até mesmo pela ótica de indicações. Há também o caso de trabalhadores não qualificados de origem sulista que acompanharam as famílias sulistas em direção ao sul do Piauí para trabalhar na operação de máquinas agrícolas, por exemplo.

É o caso, de um senhor de 78 anos, atualmente residente no município de Gilbués e que anteriormente trabalhava em uma fazenda produtora de pequeno porte, localizada no município de Monte Alegre do Piauí. De origem de Pelotas, no Rio Grande do Sul, o senhor em questão acompanhou seu patrão e foi em direção ao Mato Grosso. Posteriormente muda-se para o sul do Piauí, por volta o início dos anos 2000, onde mais uma vez acompanha seu chefe, também gaúcho do mesmo município. O trabalhador em questão atualmente vive apenas de sua aposentadoria rural, sendo dispensado pelo patrão em razão de sua idade avançada e saiu sem receber direitos trabalhistas completos, apenas os dias trabalhados.

Presenciou-se situações que comprovam o medo que alguns funcionários possuem relação aos seus patrões. Um dos entrevistados chegou a nos questionar se haveria a citação do seu nome, da fazenda ou do seu patrão. Segundo o mesmo, “esses gaúchos são muito sistemáticos...” Por envolver seu emprego, muitos trabalhadores apresentaram receio e resistência em participar das entrevistas e questionários *online*.

Certamente muitos dos trabalhadores acabam escondendo, inclusive para seus familiares, as situações desagradáveis que passam no dia a dia das fazendas produtoras. São trabalhadores que, de alguma forma, são forçados a permanecer no silêncio ou na proibição de memória, como aponta Silva (2003), que ainda aborda a questão da exploração moral, que se resume no medo e insegurança. São empregos precarizados, mas desejados por muitos. Aqueles que são empregados possuem apreço por continuar, mesmo que continue sendo extremamente explorado e colocado em situações degradantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo atual contexto da economia brasileira focada na desindustrialização, tendo o setor do agronegócio produtor de *commodities* como carro chefe e colocando/idealizando o Brasil como celeiro do mundo, há um terreno fértil para a reprodução e acumulação de capitais, sobretudo de agentes hegemônicos, como empresas transnacionais e nacionais. No entanto, o avanço da fronteira agrícola pelo país, com ocupação de extensas áreas dos cerrados e mais recentemente de partes da Amazônia, potencializa um conjunto

interminável de impactos sobre o meio ambiente e populações locais, com inúmeros desdobramentos no âmbito do trabalho.

Depois da década de 1990 esses primeiros “investidores” dão lugar a uma leva de agricultores sulistas que passam a encarar os Cerrados Piauienses como possibilidade para expansão do agronegócio. A partir desse período, houve aumento dos índices produtivos, tendo a soja como principal produto deste agronegócio. Com a chegada de novos agentes, como grupos empresariais do agronegócio e de uma extensa rede de estabelecimentos pertencentes às redes agroindustriais, com destaque para a atuação da Bunge Alimentos no cenário regional, houve o incremento do trabalho agropecuário formal.

Entretanto, apesar do dinamismo econômico, não há tantos motivos para exaltação do agronegócio e dos novos postos de empregos gerados, pois surgiram inúmeros processos contraditórios no âmbito do trabalho, sobretudo porque os novos empregos são centrados principalmente naqueles com menos exigência de especialização profissional, ou seja, do trabalho braçal, além do aumento da precarização do trabalho, seletividade e contradições a partir da geração de um novo perfil de trabalho, confirmando uma das nossas hipóteses.

É inegável que um dos impactos que o agronegócio produz é a geração de emprego no cenário regional, entretanto, entendendo especificamente quais as características dos novos empregos, chega-se à conclusão de que estão concentrados no período das safras e pelo caráter de precarização, exploração e intensificação do trabalho. A partir disso, nota-se os preceitos do toyotismo na realidade pesquisada, como no trabalho coletivo, plasticidade do trabalho, a polivalência dos trabalhadores, contratações conforme demanda, além do não cumprimento de direitos trabalhistas, sobretudo no caso dos trabalhadores informais. Assim, as fazendas produtoras optam pela contratação de trabalhadores capazes de exercer mais de uma função e com disposição para realizar diferentes tarefas do dia a dia das fazendas e empresas, tanto no âmbito dos profissionais especializados, como no caso dos não especializados.

Assim, alguns trabalhadores oferecem sua força de trabalho temporariamente ou permanentemente ao longo do ano, estes em menor número. Entretanto, o mercado de trabalho agropecuário não é capaz de absorver o volume de mão de obra ociosa e grande parte dos trabalhadores locais fica à margem das benesses de emprego e renda a partir do agronegócio.

Na verdade, o agronegócio cria falsas expectativas e intensifica ilusões em torno do discurso da geração de emprego e renda, de um pretenso desenvolvimento da região dos Cerrados Piauienses, já que ele se dá em maior volume nas cidades do agronegócio locais, sobretudo no âmbito dos serviços e comércio, permanecendo as velhas lógicas da não formalização da mão de obra e das contratações temporárias e inseguras.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. **Idéias**, Campinas, v. 9-10, n. 1, p. 13-24, 2003.

BEZERRA, J. E. Trabalho e Identidade no Sertão Nordeste: caminhos da transposição do Rio São Francisco. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 11, n. 1, p. 77-91, 2010.

BRASIL. EMBRAPA TERRITORIAL. **GeoMatopiba**: Inteligência Territorial Estratégica para o Matopiba. Campinas, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/geomatopiba>. Acesso em: 13 jul. 2021.

CASTILLO, R. Exportar alimentos é a saída para o Brasil? O caso do complexo Soja. In: ALBURQUERQUE, E. S. (Org.). **Que país é esse?** São Paulo: Globo, 2005. p. 283-307.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**. 2020.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**. 2019.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**. 2018.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**. 2017.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**. 2016.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**. 2015.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**. 2014.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**. 2013.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo no Brasil**. 2012.

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **Geousp**, v. 25, n. 2, p. 182640, 2021.

ELIAS, D. Construindo a noção de Região produtiva do agronegócio. In: OLIVEIRA, H. C. M.; CALIXTO, M. M.; SOARES, B. R. (Org.). **Cidades Médias e região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 19-55.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 35, p. 89-100, 2015.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial de(s)colonial na América Latina. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2021. 396p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malhas Territoriais do Brasil – Divisão Regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. Trabalho estranhado (Extrato). **Idéias**, Campinas-SP, v. 9- 10, n. 1, p. 455-472, 2003.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MORAES, G. L. A pesquisa quali/quantitativa em geografia: múltiplos métodos para o caso de Timor-Leste. In: PESSÔA, V. L. S.; RUCKERT, A. A.; RAMIRES, J. C. L. **Pesquisa qualitativa: Aplicações em Geografia**. Porto Alegre, 2017.

REGALA, R. M. S. A legalização nefasta dos venenos no Brasil: agrotóxicos, sementes transgênicas e riscos à saúde. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 73-96, 2021.

RUFO, T. F.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. Modernização agrícola nos cerrados piauienses: novas dinâmicas socioespaciais e transformações urbanas em Bom Jesus e Uruçuí. **Revista Equador (UFPI)**, v. 5, n. 4, p. 164-186, 2018.

RUFO, T. F.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L.; ARAÚJO, G. C. C. A região do MATOPIBA: Modernização agrícola, dinâmicas e transformações urbanas, em especial os cerrados piauienses. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 37, n. 3, p. 243-260, 2019.

RUFO, T. F.; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. O processo histórico de formação territorial do Estado do Piauí e as transformações recentes na Mesorregião do Sudoeste Piauiense. **Espaço & Geografia**, v. 18, n. 1, p. 121-160, 2015.

SANTOS, M. A totalidade do diabo. Como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: SANTOS, M. **Economia espacial**. Críticas e alternativas. São Paulo: Hucitec, 1979. p.153-167.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2001. 474p.

SILVA, M. A. M. Se eu pudesse, quebraria todas as máquinas. **Idéias**, Campinas, v. 9-10, n. 1, p. 25-64, 2003.

SIQUEIRA, H. Aspectos estruturais da dinâmica regional brasileira e o referencial analítico da Divisão Inter-regional do Trabalho. In: SIQUEIRA, H. **Desenvolvimento Regional Recente no Brasil**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

THOMAZ JÚNIOR, A. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 5, n. 1 e 2, p. 9-29, 2004b.

THOMAZ JÚNIOR, A. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. **Revista de Geografia**, v. 9, n. 17, p. 15-22, 2003.

Recebido: 10.07.2023

Aceito: 15.09.2023